

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº
(do Sr. Antonio Imbassahy)

Solicita informações ao Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos, sobre os aditivos contratuais realizados por tal ministério, bem como pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – Dnit.

Senhor Presidente:

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno e ouvida a Mesa, requer seja solicitado ao Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Sr. Paulo Sérgio Passos, listagem de todos os aditivos contratuais realizados, em 2010 e 2011, no âmbito do Ministério dos Transportes e no Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, indicando valor inicial da obra, serviço ou aquisição, valor do aditivo, motivação do ato, data, nome completo e CPF do ordenador da despesa, nome da pessoa física ou jurídica beneficiária do aditivo e respectivos CPF ou CNPJ, bem como a situação atual do andamento da obra (se concluída ou não concluída).

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, a população brasileira tomou conhecimento de diversas denúncias de irregularidades envolvendo a cúpula do Ministério dos Transportes e empresas e órgãos públicos ligados a esta pasta.

As denúncias publicadas pela imprensa nacional dão conta de aumentos frequentes e desarrazoados nos custos de obras públicas, notadamente rodovias e ferrovias, entre outras irregularidades envolvendo contratos e verbas públicas no Ministério dos Transportes.

Mereceram especial destaque o descontrole nos aditivos contratuais realizados em contratos firmados com empreiteiras e a baixa qualidade das obras realizadas. Segundo consta, seria este o meio e a fonte de muitas das irregularidades que por ventura podem existir no âmbito desse ministério.

Como é cediço, as denúncias conduziram ao afastamento do Ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, assumindo a pasta em seu lugar, o então Secretário-Executivo, o Sr. Paulo Sérgio Passos.

Após deixar a pasta, o Senador Alfredo Nascimento proferiu discurso no Senado Federal, no qual afirmou:

*“O Ministério dos transportes já era uma das pastas com o maior volume de investimentos no PAC e, para o período aberto em 2011, registrava um aumento significativo em todos os seus projetos. **Quando saí, o PAC do ministério dos transportes significava um pacote de investimentos da ordem de R\$ 58 bilhões. Quando retornei já estava em R\$ 72 bilhões.***

*Dediquei os primeiros noventa dias de gestão a uma imersão em todos os projetos e ações programadas e em andamento. Em fevereiro, fui o primeiro a perceber a disparada dos gastos previstos e determinei um pente fino para conhecer a origem de tal movimentação. Nos primeiros dias de março, levei minhas preocupações sobre o que me pareceu um grande salto e descontrole no orçamento do PAC à Ministra Míriam Belchior, em reunião que tivemos no ministério do planejamento para discutir o andamento das obras. **Ela havia permanecido no governo e, certamente, tinha a responsabilidade e as condições de esclarecer o que havia se passado e que se colocava, ao menos para mim, como um grave problema. Nesse encontro concordamos com a necessidade de uma revisão dos projetos.***

Dias depois, coloquei o assunto para a presidenta e informei que já começara a trabalhar no ajuste necessário para garantir a viabilidade orçamentária das obras durante sua gestão. Estabelecemos 15/07 como prazo final para tais providências.

Na prática, o cenário que encontrei quando reassumi a pasta, em janeiro, significava que a nova administração não teria os recursos necessários para iniciar nenhuma nova ação, limitando-se a pagar e entregar as obras das gestões anteriores. Mantida aquela destinação do orçamento, não teríamos o PAC-2.”

Mais adiante, referindo-se à gestão do Ministério dos Transportes no ano de 2010, afirmou ainda o Ministro Alfredo Nascimento:

“Aqui é importante frisar que a análise técnica que fizemos mostrou que a variação de custos que a imprensa tratou como superfaturamento ou mensalão, decorreu da mudança na concepção dos projetos, com o acréscimo indiscriminado de serviços não previstos nas ações originais. Não tenho conhecimento da identificação de irregularidades. Estou falando da adição de novas obras e outras intervenções; assim como do atendimento às condicionantes de licenciamento ambiental e desapropriações.

Até onde tenho conhecimento, todas as decisões tomadas ao longo de 2010 seguiram o mesmo ritual que eu já conhecia: foram discutidas pelas autoridades do próprio Ministério dos Transportes e seus vinculados à época, assim como pelo grupo de acompanhamento e gestão do PAC. Formado pelos Ministérios do Planejamento e da Fazenda, esse grupo é comandado pela Casa Civil da Presidência da República.”

Portanto, diante de tal circunstância, as informações que ora requeremos são fundamentais para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em de agosto de 2011.

Deputado Antonio Imbassahy
PSDB/BA